

OS INSTANTES, A ETERNIDADE DO MUNDO E A CONSULTA AOS ASTROS SEGUNDO TOMÁS DE AQUINO.

Prof. Dr. Paulo Faitanin

OS INSTANTES.

§. 1. Definição.

A palavra instante deriva do latim *instans, antis* [pret. perfeito de *insto*], cujo significado original é: o que aperta, que insta, que persegue, iminente, próximo. Dentre os muitos significados abrangidos nos léxicos, nos interessa o que assim elucida: *espaço de tempo indeterminado, ponto determinado do tempo*. Em seu sentido filosófico, a noção de instante é correlata à de duração e pode referir-se à *duração muito curta que a consciência apta como um todo*. Tradicionalmente, também foi definido como *ponto determinado e indivisível da duração*.

§. 2. Uso filosófico.

O conceito de instante em Platão [*Parmênides*, 156D], entendido como *a inserção súbita da eternidade no tempo*, coloca a dimensão original do instante numa esfera sobrenatural, do mundo das idéias, e seu desdobramento relacionado ao mundo físico. Esta concepção influenciou amplamente o pensamento agostiniano.

Na história do pensamento cristão ninguém se aprofundou mais na noção de tempo que S. Agostinho, que entende o tempo como *o que serve para medir o movimento dos corpos* [*Confissões*, XI, 23, 30], estabelece que o instante pertenceria à

esfera da eternidade, pois nela *somente há um presente incorruptível* [*Tratados Sobre o Evangelho de São João*, 38,10].

Esta mesma concepção também influenciou amplamente o existencialismo [Kierkegaard, Jaspers e Heidegger]. Abstraindo as diferenças, entenderam o instante como o *vivido, a totalidade do real e única coisa verdadeira e concreta*.

Neste contexto filosófico o instante aboliu a concepção de tempo, enquanto duração contínua, porque, como em Platão, o instante é *a presença do eterno*. Por isso, o ‘instante’ atrelado à eternidade é visto como o *presente autêntico* e o ‘agora’, atrelado ao tempo, como o *presente inautêntico da vida cotidiana*. Isso culmina com a definição de instante em Heidegger como a *decisão antecipadora da morte*, isto é, do nada da existência [*Sein und Zeit*, §68, 81].

Aristóteles, referindo-se à noção de instante afirma: *é impossível que exista ou que seja pensado um tempo sem o instante* [*Física*, VIII, 251b 19-20]. O instante *não é uma parte constitutiva do tempo*, pois para o Estagirita, parece que *o tempo não é constituído por instantes* [*Física*, IV, 218^a e 220b 18-19]. Aristóteles coloca a dimensão original do instante numa esfera natural, do mundo físico, mas dimensiona o seu desdobramento relacionado ao mundo metafísico. Esta concepção influenciou amplamente o pensamento tomista.

§. 3. O instante em *TA*.

TA seguindo a doutrina aristotélica também afirma que *o instante não é parte do tempo* [*In I De Caelo*, lect. 12]. É o indivisível do tempo. É sinônimo de *nunc* [agora]. O agora ou *nunc* é um tempo indeterminado e o *tunc* [então], ao qual se opõe o *nunc*, é um tempo determinado, mas pode também receber o nome de *instans signatum* [instante determinado: *In IV Physic.*, lect. 15].

No tempo são duas coisas, o passado e o futuro, mas ambas são medidas pelo mesmo instante, pois *o mesmo instante é princípio do futuro e fim do passado* [C.Gen., II, 36]. Nenhum movimento local de um corpo é instantâneo [In II De anima, lect. 14], somente o dos Anjos, que não possuem corpo, o é [S. Theo. I, q.53, a.3,c.]. No homem, a operação do intelecto e da vontade, por causa da sua imaterialidade, pode ser no instante [S. Theo. I, q.63, a.5,c.].

A Eternidade, o evo e o tempo medem a ação da coisa, o seu ser operando, mas o instante mede o próprio ser da coisa [In I Sent., d.19, q.2, a.2, c.]. Por isso dirá que o instante do evo difere realmente do agora no tempo, porque o primeiro mede o que se move segundo a essência, e o segundo é idêntico em todo o movimento.

Deste modo, TA propõe uma distinção da noção de instante segundo a natureza da duração a que se aplica:

1. O *instans nunc* [o instante agora] pode ser entendido como *o agora da eternidade no tempo*, e deve ser entendido como o princípio e o fim do tempo, enquanto supõe a eternidade do tempo [S. Theo. I, q.46, a.1,ad.7].
2. O *instans signatum* [o instante determinado] pode ser entendido como *o agora do presente no tempo*, e deve ser entendido como o princípio e o fim de alguma ação no tempo, enquanto supõe a continuidade do tempo [De Pot., 5, a.5, obj.10], sendo o indivisível do tempo [S. Theo. I, q.42, a.2, ad.4].

Ferrater Mora, brilhantemente, exaure as possíveis dificuldades quanto a essa distinção, dizendo: “Em todo caso, o conceito de ‘agora’ não é o mesmo quando se refere ao tempo ou à eternidade. No primeiro caso trata-se do *nunc temporis sive fluens*; no segundo caso, do *nunc aeternitatis sive stans*. O ‘agora’ do tempo é uma *res*

fluens; o ‘agora’ da eternidade, em compensação, não flui. Por isso, esse último ‘agora’ é como o ‘presente eterno’¹.

A ETERNIDADE DO MUNDO.

§. 1. Estado da questão antes de *TA*.

Os gregos entenderam a eternidade como a duração infinita ou aquilo que é desde sempre. Platão [*Fédon*, 103E] aplica esta categoria de duração às formas. Aristóteles também o admite como duração infinita do movimento circular [*Física*, VIII, 8, 263^a 3]. Denomina o existir ‘desde o princípio’ das coisas eternas [*Metafísica*, IX, 9, 1051^a 20]. Ela é tempo que perdura sempre, que carece de princípio e de fim, e inclui todo o tempo e é duração imortal e divina [*De aëlo*, I, 9, 279^a 22-9].

Neste sentido, tudo que é material, corpóreo, sujeito ao movimento, teve um início no tempo e no espaço; portanto, não poderia ser eterno. Para Platão, eternas somente seriam as formas, e, para Aristóteles, as substâncias separadas, que por causa da imaterialidade não estariam sujeitas ao movimento. Deste modo, o mundo material — visível e sensível — não seria eterno.

Os romanos cristãos, S. Agostinho e Boécio, em razão da Revelação, entenderam a eternidade como o que é imensurável pelo tempo e somente pertence a Deus [*Confissões*, XII, 11,11]. S. Agostinho acentua a plenitude do eterno diante da indefinição do meramente perdurável e diante da abstração do simplesmente presente em um momento. É o agora de Deus [*Confissões*, XII, 13,16]. Boécio entende a eternidade como a posse inteira, simultânea e perfeita,

¹ FERRATER MORA, J. “Instante”, em: *Dicionário de Filosofia*. Tomo II: EJ. São Paulo: Loyola, 2001, pp. 1521-1523.

de uma vida interminável [A *Consolação da Filosofia*, V]. Nestes termos, segue-se a tradição grega de aplicar-se somente a eternidade ao divino e ao imaterial.

§. 2. Estado da questão em *TA*.

Entre as proposições condenadas por Estevão Tempier em 1270, encontrava-se a seguinte: *Quod mundus est aeternus et quod nunquam fuit primus homo* [o mundo é eterno e que nunca existiu o primeiro homem]. *TA*, já nos comentários das Sentenças de Pedro Lombardo, sustentara que *Deus poderia produzir algo eterno* [In II Sent., d.1,q.1,a.5,c.], e com esta afirmação, ao retornar a Paris, *TA* se encontrava no olho do furacão. Antes que *TA* retornasse a Paris [1269], S. Boaventura tornou-se Ministro Geral de sua Ordem.

Durante os anos de 1267 e 1268, denunciara com vigor em suas pregações os erros que emanavam da Faculdade de Artes, sobretudo a doutrina da eternidade do mundo, como uma perversão da Sagrada Escritura. O foco da polêmica era a doutrina propalada pelo averroista Siger de Brabant, o qual, possivelmente apoiado na interpretação de Averróis, afirmava que Aristóteles defendera a eternidade do mundo.

Motivado possivelmente pela solicitação de alguns irmãos da Ordem, S. Boaventura promoveu uma intervenção pública sobre o tema, na exposição da tese, à qual seguiam franciscanos como Guilherme de la Mar, com a premissa de que ‘Deus não poderia ter criado algo desde a eternidade’ [Super Sent., II, d.1].

S. Boaventura promoveu uma intervenção pública nas disputas *quodlibetais*, atividade acadêmica característica da Universidade Medieval, ocorrida sempre durante a Quaresma precedente [antes da Páscoa] ou Advento precedente [antes do Natal], e mediante a qual se estudava qualquer questão de interesse ou polêmica; neste caso, a da eternidade do mundo.

A tese de Boaventura retoma o que já anteriormente defendia em *Super II Sent.*, 1,1,2. Para ele, o mundo foi criado por Deus no tempo e não desde a eternidade. Pois o conceito de mundo criado do nada e existente *ab aeterno* contém tão grosseira contradição, que não se pode conceber que algum filósofo por mediocre que fosse, possa ter afirmado semelhante coisa.

TA tratou deste tema diversas vezes, e em diferentes épocas e obras. Como dissemos nos comentários aos *Livros das Sentenças*, escrito entre os anos 1252-1254, ele havia considerado o tema da eternidade do mundo, afirmando a hipótese de que não contraria a fé católica a idéia da criação *ab aeterno* [*In II Sent.* d.1, q.1, a.5, c.]. Em 1262 dedicaria na *Suma Contra os Gentios* um capítulo à questão da eternidade do mundo, onde sustenta que, além de Deus, não há nada eterno [*C.Gen.*, II, c.38].

Em seguida, em 1268 consideraria o assunto no *De Potentia*, onde afirma que não é impossível que, à parte de Deus possa existir algo eterno, se considerada a potência ativa de Deus [*De Potentia*, q.3, a.14, c.]. Posteriormente, em 1268 trataria do tema na Primeira Parte da *Suma Teológica*, onde afirma que somente pela fé se sustenta que o mundo não existiu sempre e nem é possível demonstrar este dado pela razão natural. Daí que não se pode demonstrar que o homem, o céu ou a pedra não existiram sempre [*Sum. Theo.*, q. 46, a.2,c].

E, possivelmente, antes do Natal de 1270, tratou brevemente da questão num dos *Quodlibetos*, no qual sustentou, sem se referir a posições anteriores, que o mundo não é eterno segundo a fé católica [*Quodlibeto.* 12, a.7]. E, finalmente, a

sua última contribuição deu-se no *De aeternitate mundi*. Neste breve e polêmico opúsculo, *TA* sintetiza a sua doutrina.

TA sabe muito bem que Aristóteles não rejeita completamente a hipótese da eternidade do mundo. Por isso, procura guardar a maior fidelidade possível ao aristotelismo, traçando, ao mesmo tempo, uma distinção bem definida entre o aristotelismo por ele defendido e o averroísmo latino, propalado sobretudo na Faculdade de Artes de Paris.

Por esse motivo, ele prova inicialmente a inconclusividade dos argumentos em favor da eternidade do mundo; e assim abre espaço para o dogma e separa-se do averroísmo. Em seguida, passa a demonstrar que os argumentos favoráveis à temporalidade do mundo são igualmente inconclusivos; e assim, abre lugar ao aristotelismo, distanciando-se do agnosticismo.

A CONSULTA AOS ASTROS.

§1. A astrologia na Antigüidade.

A observação dos astros desde a antiguidade sempre foi atestada na raiz das diversas culturas: a semítica, a egípcia, a hindu, a chinesa, a grega e a romana etc². A feitura de mapas astrais — de horóscopos e zodiacos — teve o seu ápice durante este período antigo. As observações tinham diferentes propósitos, mas, sobretudo, os de prognosticar o tempo favorável ou desfavorável ao plantio, às colheitas, às viagens, ao tratamento médico, etc. É fato, também, que a maioria destas culturas cultuava e consultava os astros como se o fizesse a seres divinos.

² Sobre isso vejam: BOUCHÉ-LECLERCQ, A. *L'astrologie grecque*. Paris, 1899; CUMONT, F. *Astrology and Religion among the Greeks and the Romans*. New York, 1912 e FESTUGIÈRE, A.J. *L'astrologie et les sciences occultes*. Paris, 1950.

Na maioria das vezes, se consultava acerca do conhecimento do destino humano, da prosperidade da vida no amor, na riqueza, na milícia e no poder.

Pautado no anterior, podemos dizer que a astrologia, de um modo geral para os que creram nos astros como deuses, era uma disciplina pela qual se presumia deduzir dados inerentes ao conhecimento do destino humano, tendo como base a observação dos astros, seus movimentos, respectivas posições e influências sobre os corpos. Por isso, dentre os povos que a cultivaram, os astros foram considerados de natureza divina: corpos celestes.

Este fato muda predominantemente com a ascensão da religião judaica entre os hebreus e a sua influência sobre outras culturas. A crença num Deus espiritual subjuga a ordem do universo material à Vontade do Deus único. A Lei Mosaica, em sua essência, abomina a consulta aos astros. O destino do homem é a Vontade de Deus.

Isto ficará mais evidente no Cristianismo. Os escritores cristãos dos primeiros séculos criticaram e combateram veementemente a concepção dos influxos astrais na determinação do destino, expresso às vezes nas formas de um autêntico fatalismo e, ao mesmo tempo, no recurso a práticas adivinatórias e mágicas, no intuito de conhecer esse destino.

De modo geral, os grandes pensadores do período patrístico derrocaram esta prática: Taciano atribui tal consultismo à atividade demoníaca; Inácio de Antioquia e Tertuliano interpretaram o episódio evangélico dos Reis Magos no sentido de que, com o nascimento de Jesus, a astrologia foi derrotada, perdendo toda a eficácia a consulta aos astros³. S. Agostinho denomina a astrologia como a arte dos horóscopos [*Confissões*, IV, 3,4]; sendo uma arte inútil e falsa, pois a consulta às estrelas é perfeitamente inútil para conhecer o destino da vida [*De Doctrina Cristiana*, II, 22,23], porque a vontade humana não se subordina à

³ GASPARRO, G.S. 'Astrologia', em: *Dicionário Patrístico e de Antigüidades Cristãs*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002, p. 188.

posição dos astros [*De Civ. Dei*, V, 6]. Deve ser repudiada esta pseudociência [*De Doctrina Cristiana*, II, 23,35].

§1. A astrologia em *TA*.

Recentemente, muitos autores fiéis à idéia de uma astrologia interventora do destino humano, contra inclusive o livre-arbítrio do ser humano, se equivocaram ao citar *TA* como defensor da Astrologia, assim considerada. Para *TA* astrologia, é sinônimo de astronomia. Por isso afirma como objeto da astrologia o que hoje em dia consideramos o objeto da astronomia: o movimento e a localização dos astros [*In I Anal.*, lect. 25; *In II Physic.* lect 3; *In III Metaph.*, lect. 7]. Considera a astrologia como uma das ciências matemáticas [*In II Physic.* lect 3].

TA admite que o astrólogo pode prognosticar o futuro determinado, como um eclipse solar ou lunar, pela análise das causas físicas, pela observação do movimento dos astros e da influência que estes causam nos corpos físicos [*S. Theo.* I, q.115, a.4, ad3; II-II, q.95, a.1]. Mas isso não significa que os astros possam influenciar a vontade e a liberdade do homem, ou que os astrólogos possam prever isso. Assim, o Aquinate estabelece que nem mesmo os prognósticos dos astrônomos são necessariamente verdadeiros [*In II De caelo*, lect. 17; *S. Theo.*, I, q.32, a.2, ad.2]

Como dissemos, a maioria dos cristãos medievais via a consulta aos astros no que se refere ao prognóstico do destino e da vontade humanas, um pecado gravíssimo, embora, nos últimos tempos da Idade Média, os não-cristãos propalaram com força a sua crença na influência dos astros sobre as suas vidas, na determinação dos seus destinos⁴.

⁴ Hallam, E.M. 'Astrologia', em: *Dicionário da Idade Média*. Editado por H.R. Lyon. Rio de Janeiro: Zahar, 1990, pp. 34-35.

TA não considerava pecado a consulta aos astros, enquanto prognóstico para o plantio, para a colheita, etc. Não negava, segundo esse último propósito, a influência dos astros sobre os corpos. Não obstante, negava veementemente a influência dos astros sobre o que é de matéria da razão, da vontade e da liberdade humanas. Por isso, seguindo a tradição cristã, *TA* considera pecado grave a consulta aos astros sobre o que é de matéria da razão, da vontade e da liberdade.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.